

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO C-317 – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita, objetiva de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Previdenciário, Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito Penal e Direito Internacional e Comunitário.

2ª Etapa

INSTRUÇÕES

1. Esta prova constará de 100 (cem) questões e será realizada em duas etapas de 50 (cinquenta) questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 (cinquenta) questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor (0,1).
4. Preencha a folha de respostas somente com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
6. Não rasgue nem rasure a folha de respostas.
7. A duração de cada etapa é de 4 (quatro) horas.
8. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais, bem como de aparelhos eletrônicos e telefones celulares.
9. O candidato que tornar identificável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.
10. O candidato não poderá, durante a realização da prova, retirar-se do recinto sem a devida autorização.

14.05.2007

A COMISSÃO DESEJA-LHE BOA PROVA!

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO C-317 – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita, objetiva, de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Comunitário, Direito Civil e Direito Comercial

Dia 14.05.2007 – 2ª Etapa

QUESTÕES

DIREITO DO TRABALHO

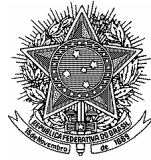
51. Marque a resposta que está em desacordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante às férias:

- a) As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos doze meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.
- b) Vencido o prazo legal para concessão das férias, deverá o empregado ajuizar reclamação pedindo a fixação, por sentença, da época de gozo das mesmas.
- c) O empregado terá direito a dezoito dias corridos de férias, quando houver tido de quinze a vinte e três faltas.
- d) Se deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de trinta dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa, o empregado não terá direito às férias.
- e) O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.

52. Marque a resposta correta a respeito da greve:

- a) Em pleno exercício de greve em qualquer hipótese ao empregador fica vedada a contratação de trabalhadores substitutos.
- b) A participação em greve interrompe o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais durante o período ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.
- c) A comunicação aos empregadores e aos usuários, quando a greve for ocorrer em serviços

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ou atividades essenciais, deve se dar com antecedência mínima de quarenta e oito horas da paralisação.

- d) Considerando que não é amparado pelo ordenamento jurídico brasileiro, o *lockout*, quando praticado, sempre garante a percepção dos salários durante a paralisação das atividades.
- e) Legítimo exercício do direito de greve é a interrupção coletiva, temporária ou pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador.

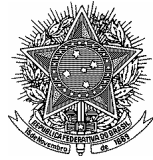
53. É correto afirmar a respeito das Comissões de Conciliação Prévia:

- a) As Comissões poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intrasindical.
- b) A ausência do empregado de seu trabalho normal, com convocação para atuar como conciliador, tem característica de suspensão do pacto laboral, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.
- c) A Comissão instituída no âmbito do sindicato não terá sua constituição e normas de funcionamento definidas no estatuto daquele.
- d) As empresas e os sindicatos devem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com a atribuição de conciliar os conflitos individuais do trabalho.
- e) As Comissões de Conciliação Prévia têm prazo de quinze dias para a realização da sessão de conciliação a partir da provocação do interessado.

54. Considerando que a Convenção de nº 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT tem como objetivo a liberdade sindical, bem como a proteção do direito sindical, marque a resposta correta:

- a) No exercício dos direitos que lhe são reconhecidos pela citada Convenção, os trabalhadores, entidades patronais e respectivas organizações têm a faculdade, à semelhança das outras pessoas ou coletividades organizadas, de respeitar a legalidade.
- b) O Conselho Estatutário do Sindicato pode deliberar a respeito de matérias que possam ensejar à paralisação da respectiva entidade, em face da pluralidade sindical.
- c) A legislação nacional determinará o âmbito de aplicação às forças armadas e à polícia das garantias previstas na respectiva convenção, devendo sempre observar o estabelecido no instrumento normativo da categoria.
- d) As organizações de trabalhadores e de entidades patronais não estão sujeitas à dissolução ou à suspensão por via administrativa.
- e) As disposições da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho, aplicam-se inteiramente às federações e confederações das organizações de trabalhadores e patronais.

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

55. Assinale a resposta incorreta:

- a) Tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para seu retorno, é computável na jornada de trabalho, ou seja, como tempo à disposição do empregador e remunerado como tempo de serviço.
- b) As gratificações de produtividade e de tempo de serviço, pagas mensalmente, repercutem no cálculo do repouso semanal remunerado.
- c) O décimo terceiro salário para o empregado que recebe remuneração variável deverá ser calculado de acordo com a média dos valores recebidos nos meses trabalhados durante o ano.
- d) O avulso é trabalhador autônomo, que presta serviço a diversas empresas, pertencendo ou não a sindicato, mas com intermediação obrigatória do sindicato da categoria profissional ou do órgão gestor de mão-de-obra, não laborando com pessoalidade.
- e) É concedido ao menor de dezoito anos, após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em dois turnos, um intervalo de repouso não inferior a onze horas, com descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas, sendo-lhe vedado o trabalho noturno.

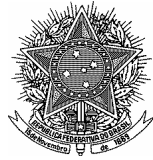
Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a

56. Marque a resposta incorreta:

- a) Os dirigentes de associações profissionais, legalmente registradas, gozam de estabilidade provisória no emprego.
- b) O rompimento do contrato de trabalho de dirigente sindical, por parte do empregador, efetivar-se-á após comprovação de prática de falta grave, através de sentença judicial transitada em julgado.
- c) A rigor, nos contratos por tempo determinado se o empregador rompe com o contrato antes do termo final, sem apresentar uma causa justa, deve pagar uma indenização ao trabalhador equivalente à metade da remuneração que seria devida até o final do contrato de labor.
- d) O contrato de trabalho poderá ser suspenso por um período de dois a cinco meses para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual.
- e) O empregador não poderá celebrar com o mesmo empregado contrato de experiência após o término do contrato de trabalho temporário, em relação à mesma função.

57. Marque a resposta incorreta:

- a) Os contratos de safra, de atleta profissional, de artistas, de aprendizagem e de obra certa não poderão ser estipulados por mais de dois anos.
- b) Nos contratos de trabalho por tempo determinado, o empregador não terá de observar a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

garantia de emprego, mesmo que a empregada engravide no curso do pacto laboral.

- c) Havendo dano causado pelo empregado, o desconto salarial será lícito, apenas em caso de dolo, independentemente de ajuste prévio a respeito.
- d) O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.
- e) Considera-se justa causa, para efeito de rescisão do contrato de trabalho do empregado bancário, a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis.

58. Assinale a resposta incorreta:

- a) O empregado não se beneficiará do reajuste salarial coletivo se no período do reajuste já tiver recebido antecipadamente o aviso prévio.
- b) Os empregados domésticos, o trabalhador temporário e os servidores públicos não terão direito à participação nos lucros.
- c) A época da concessão das férias será a que melhor consultar aos interesses do empregador. Entretanto, as férias do empregado estudante, menor de dezoito anos, deverá coincidir com suas férias escolares e serão sempre concedidas de uma só vez.
- d) O repouso semanal remunerado já se encontra embutido na remuneração do empregado mensalista ou quinzenalista, contudo é devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista, ainda que praticista.
- e) Não terá direito a férias o empregado que no curso do período aquisitivo tiver percebido da previdência social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses, embora descontínuos.

59. Marque a alternativa incorreta, considerando a legislação e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria. Se o empregador houver admitido empregado para substituir o aposentado, poderá rescindir, com este o respectivo contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha dado ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato.
- b) Gera nulidade a contratação ao serviço público sem concurso público, sendo devidos apenas a contraprestação salarial pela mão de obra utilizada e os depósitos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- c) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental, atestada pelo órgão competente da previdência social, não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.
- d) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

- e) A licença-paternidade é devida ao empregado urbano e rural, ao empregado doméstico, aos servidores públicos, ao trabalhador avulso e ao temporário.

60. Assinale a alternativa incorreta, conforme a legislação trabalhista e a posição sumulada pelo C. TST:

- a) O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.
- b) O adicional de insalubridade deve ser calculado sobre o salário mínimo vigente, todavia, poderá também ser apurado a partir do salário profissional, quando houver, se estabelecido por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa.
- c) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto às obrigações trabalhistas.
- d) Se o empregado perceber salário pago à base de tarefa, o cálculo do aviso prévio será feito de acordo com a média dos últimos doze meses de serviço, multiplicado pelo valor da última tarefa.
- e) É considerado trabalho rural noturno de acordo com a legislação específica, a atividade pecuária executada entre as vinte e uma horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

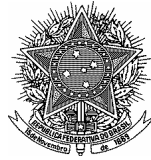
Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a

61. Cláudia, empregada de uma grande empresa da área de cosméticos, obteve a guarda judicial de Felipe, uma criança com três anos de idade, para fins de adoção. De acordo com a legislação vigente, marque a alternativa correta:

- a) Cláudia fará jus a trinta dias de licença-maternidade.
- b) Cláudia fará jus a sessenta dias de licença-maternidade.
- c) Cláudia fará jus a cento e vinte dias de licença-maternidade.
- d) Cláudia não fará jus à licença-maternidade, eis que a concessão de tal benefício, no caso de simples obtenção de guarda judicial, ainda que para fins de adoção, não tem amparo na lei brasileira.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

62. De acordo com a legislação vigente, assinale a alternativa incorreta, no que refere aos direitos assegurados aos empregados domésticos:

- a) Vedação a descontos salariais por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia, salvo, quanto a este último, quando se referir a local diverso da residência em



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

que ocorrer a prestação de serviço e desde que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes.

- b) Vedação à dispensa arbitrária ou sem justa causa, em caso de empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- c) Irredutibilidade salarial, gratificação natalina, salário-família e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, este ainda como uma faculdade, a critério do empregador.
- d) Aposentadoria, licença-maternidade, repouso semanal remunerado e vale-transporte.
- e) Férias anuais remuneradas de trinta dias com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal, após cada período de doze meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família.

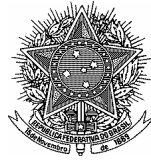
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

63. Sobre a disciplina legal da tutela antecipada, assinale a alternativa incorreta:

- a) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
- b) A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- c) Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, salvo se prestada caução suficiente e idônea.
- d) O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que observados os requisitos legais.
- e) Verificando, ao longo da marcha processual, o manifesto intuito protelatório do réu, e estando presentes os demais requisitos legais, o juiz poderá antecipar os efeitos da tutela pretendida.

64. Sobre o aspecto probatório do processo, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quanto à prova das alegações, a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.
- b) Quanto ao depoimento pessoal, a parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, não podendo se servir de escritos adrede preparados. Todavia, excepcionalmente, o juiz permitirá a consulta a notas breves, desde que objetivem completar esclarecimentos.
- c) Quanto à confissão, esta é, de regra, indivisível, não podendo a parte, que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável. Contudo, excepcionalmente, cindir-se-á quando o confitente lhe aduzir fatos novos,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

suscetíveis de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.

- d) Quanto às declarações constantes do documento particular, escrito e assinado, ou somente assinado, presumem-se verdadeiros em relação ao signatário. Quando, todavia, contiver declaração de ciência, relativa a determinado fato, o documento particular prova a declaração, mas não o fato declarado, competindo ao interessado em sua veracidade o ônus de provar o fato.
- e) Quanto à produção da prova testemunhal, prestado o compromisso, é lícito à parte contraditar a testemunha, argüindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição.

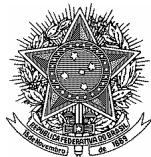
65. Quanto à disciplina legal da execução provisória, assinale a alternativa incorreta:

- a) Corre por iniciativa, conta e responsabilidade do exeqüente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido.
- b) Fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por arbitramento.
- c) O levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.
- d) A caução mencionada pela lei poderá ser dispensada, dentre outras hipóteses, nos casos de execução provisória em que penda agravo de instrumento junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, até o limite de sessenta vezes o valor do salário mínimo e demonstrando o exeqüente situação de necessidade.
- e) A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, observadas as normas estabelecidas na lei.

66. Quanto à disciplina legal do cumprimento da sentença, assinale a alternativa incorreta:

- a) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento, expedindo-se de imediato mandado de penhora e avaliação, sem necessidade de ato citatório.
- b) Há expresse amparo legal para que o juiz, na fase de cumprimento da sentença, a requerimento do exeqüente e com vistas à penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, requirite à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.
- c) Do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado, ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, podendo oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

dias.

- d) A impugnação ofertada pelo executado não terá efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.
- e) Ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é lícito ao exeqüente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando caução suficiente e idônea, arbitrada pelo juiz e prestada nos próprios autos.

67. Assinale a resposta incorreta:

- a) No procedimento sumário, quando a fazenda pública for ré, os prazos contar-se-ão em quádruplo.
- b) Há litisconsórcio facultativo quando entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
- c) A confissão espontânea pode ser feita pela própria parte ou por mandatário com poderes especiais.
- d) O juiz conhecerá de ofício a perempção, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito.
- e) É admissível o chamamento ao processo de todos os devedores solidários, quando o credor exigir, parcial ou totalmente, a dívida comum.

68. Marque a alternativa incorreta:

- a) Após a citação, o autor pode modificar seu pedido ou a causa de pedir, desde que tenha o consentimento do réu após o saneamento do processo.
- b) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.
- c) O incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, incumbindo à parte, contra quem foi produzido o documento, suscitá-lo na contestação, ou no prazo de dez dias, contados da intimação da sua juntada aos autos.
- d) As ações em que o ausente for réu correm no foro de seu último domicílio, que é também o competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.
- e) Nenhuma das respostas acima.

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
—
segu
nda
etap
a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

69. Assinale a resposta incorreta:

- a) No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e as hipóteses de intervenção de terceiros.
- b) Nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas não se aplica o procedimento sumário.
- c) Não incide os efeitos da revelia quando, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação, bem como se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- d) O juiz poderá de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.
- e) Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge não valerá sem a do outro.

70. Assinale a resposta incorreta:

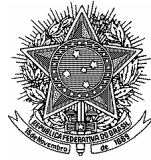
- a) Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa considerada na forma da lei como idosa, terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância e, uma vez concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de sessenta anos.
- b) Nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar citações ou intimações em qualquer delas.
- c) Os atos de jurisdição voluntária, bem como os necessários à conservação de direitos, quando possam ser prejudicados pelo adiamento, bem como as causas de dação ou remoção de tutores e curadores, processam-se durante as férias coletivas, não se interrompendo pela superveniência delas.
- d) A suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder a seis meses; poderá o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes, a fim de evitar dano irreparável.
- e) O juiz poderá limitar litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

71. Sobre os princípios aplicáveis ao processo do trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a) O *princípio do jus postulandi* estabelece que empregados e empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final. Cuida-se de regra que representa um especial matiz processual do *princípio*

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

protetivo ou tuitivo.

- b) A Consolidação das Leis do Trabalho, dando concretude ao *princípio da conciliação*, reza que os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação, cabendo aos magistrados o emprego de seus bons ofícios e persuasão no sentido de conduzir as partes a uma solução conciliatória da demanda, sendo lícito aos litigantes, a qualquer momento, celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda que depois de encerrado o juízo conciliatório.
- c) Quanto ao *princípio do duplo grau de jurisdição*, há que se ponderar que nos dissídios de alçada - onde se inserem aquelas demandas trabalhistas cujo valor da condenação não ultrapassa a dois salários mínimos (Lei nº 5.584/70, artigo 2º, §§ 3º e 4º) -, haverá julgamento em instância única pelas Varas do Trabalho, não sendo admitido o aviamento de qualquer impugnação recursal, salvo se a irresignação girar em torno de matéria constitucional.
- d) O Texto Consolidado revela o *princípio da busca da verdade real*, dispondo que os juízos e tribunais do trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo rápido andamento das causas, podendo determinar, ainda, qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas. Interessante perceber que tal enunciado legislativo também operacionaliza o alvissareiro *princípio da duração razoável do processo* - agora alcandorado a nível constitucional.
- e) O *princípio da extrapetição*, aplicável ao processo do trabalho, permite ao juiz, em casos excepcionais, condenar o reclamado em pedidos não constantes da exordial, sem a caracterização de julgamento *extra petita*.

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
-
segu
nda
etap
a

72. Sobre os recursos no processo do trabalho, é correto afirmar que:

- a) A decisão de Tribunal Regional do Trabalho em ação rescisória não desafia *recurso ordinário* para o Tribunal Superior do Trabalho, salvo em situações de transcendência.
- b) O prazo para interposição de *embargos de declaração* é de cinco dias, contados da intimação da sentença ou do acórdão, sendo que sua protocolização tem o efeito de interromper o prazo para a interposição de outros recursos. Vale destacar, por oportuno, que existe regra específica na Consolidação das Leis do Trabalho tratando dessa espécie recursal, cujo artigo admite o efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado, além da hipótese de manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
- c) O *recurso de revista* é um recurso eminentemente técnico, de uso em todos os dissídios praticados na Justiça Laboral. Essa espécie recursal é dotada de efeito devolutivo e tem por desiderato estabelecer a melhor interpretação para a legislação aplicada pelos Tribunais do Trabalho. O Tribunal Superior do Trabalho, nos casos de recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
- d) O *agravo de petição* é a alternativa recursal pertinente para atacar as decisões exaradas em sede de execução. Seu prazo para interposição é de oito dias, cabendo ao agravante



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados. Quando o agravo de petição versar sobre as contribuições sociais, o juiz determinará a extração de cópias das peças necessárias, que serão autuadas em apartado, na forma da lei, e, sem contraminuta, remetidas à instância superior, para fins de apreciação.

- e) Todas as alternativas acima estão equivocadas.

73. O sistema jurídico detém mecanismos que se destinam a refrear condutas que importem afronta à boa marcha processual e, quiçá, muitas vezes, ao próprio conteúdo ético do processo. Nesse quadro - e na esteira das disposições celetistas pertinentes ao tema -, é incorreto afirmar:

- a) Incorrerá na pena de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho, aquele que, apresentando ao distribuidor reclamação verbal, não se apresentar, no prazo legal, à Vara ou Juízo para fazê-la tomar por termo.
- b) Incorrerá na pena de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho, o reclamante que por duas vezes seguidas der causa à extinção do feito por arquivamento ou desistência.
- c) Nas regras atinentes ao procedimento sumaríssimo, há disposição expressa aduzindo que o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerando o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir, dentre outras, as investigações probatórias que considerar meramente protelatórias.
- d) Nas regras atinentes ao procedimento sumaríssimo, há disposição expressa destacando que as partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.
- e) É vedado à parte interessada suscitar conflito de jurisdição quando já houver oposto na causa exceção de incompetência.

74. Florindo foi contratado como garçom em 20.01.01 e dispensado imotivadamente em 12.10.04, com aviso prévio indenizado e recebendo suas verbas rescisórias. A contratação e execução de seu labor se deram exclusivamente na cidade de Ananindeua/PA (TRT - 8ª Região). Florindo ajuizou ação trabalhista em 20.01.07, em face de seu ex-empregador, pleiteando horas extras e adicional noturno, estando pendente a realização da sessão inaugural. Anteriormente, havia ajuizado outra demanda, em face do mesmo ex-empregador, protocolizada em 11.10.06, onde vindicava apenas horas extras, mas que fora extinta sem resolução do mérito, em face de seu pedido de desistência da ação, devidamente homologado judicialmente. Ambas as ações citadas foram ajuizadas em Óbidos/PA (TRT - 8ª Região), onde Florindo conseguiu novo posto de trabalho. Partindo desse caso hipotético, atento à lei e fincado na jurisprudência sumulada pelo TST, assinale a assertiva correta:

- a) O reclamado, em contestação, deverá suscitar matéria preliminar de incompetência ex



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

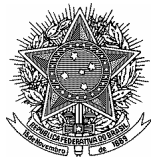
rationi loci, objetivando a remessa dos autos para uma das Varas do Trabalho de Ananindeua/PA, tendo em vista que o reclamante foi contratado e trabalhou exclusivamente nessa cidade, não havendo razão, pois, para que a demanda prossiga na cidade de Óbidos/PA (*lex loci executionis*).

- b) Uma vez prolatada decisão e remetido o feito a uma das Varas do Trabalho de Ananindeua/PA, o reclamante, na sessão já agendada nessa cidade, não mais poderá desistir da ação.
- c) O juiz, na forma da lei, uma vez reconhecendo a incompetência em razão do lugar, determinará a remessa dos autos da Vara do Trabalho de Óbidos/PA para uma das Varas do Trabalho de Ananindeua/PA, exarando decisão que não desafiará, por certo, de imediato, recurso ordinário.
- d) O reclamado, em contestação, poderá suscitar matéria prejudicial de prescrição total, tangente a ambas as pretensões formuladas na segunda ação, vez que ajuizada com franca inobservância do lapso prescricional bienal previsto na Carta da República.
- e) Todas as assertivas acima são equivocadas.

75. No tocante à execução trabalhista, marque a resposta que está em desacordo com o estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho:

- a) Ao devedor é facultado o pagamento imediato de parte que entender à Previdência Social, sem prejuízo de cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução *ex officio*.
- b) As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito devolutivo, os acordos, quando não cumpridos, bem como os termos de ajuste de condutas firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia, serão executados conforme o que determina a Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) Os créditos previdenciários devidos em decorrência de decisão proferida pelos Juizes e Tribunais do Trabalho, resultante de condenação ou homologação de acordo serão executados *ex officio*.
- d) Os critérios estabelecidos na legislação previdenciária deverão ser observados quando se tratar de atualização do crédito devido à Previdência Social.
- e) Não se pode discutir matéria pertinente à causa principal na liquidação da sentença, nem tampouco modificar ou inovar a sentença liquidanda.

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
—
segu
nda
etap
a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

76. Após a instrução processual, o magistrado julgou totalmente procedente o pedido de retificação da data de admissão na carteira do trabalho e previdência social do demandante, sendo o demandado condenado às custas, na base de 2%. Foi dado à causa o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Não conformado com tal decisão, o demandado interpôs recurso ordinário. Com isso, e considerando a tabela abaixo, oriunda do Tribunal Superior do Trabalho, a respeito dos valores de depósitos recursais, marque a resposta correta:

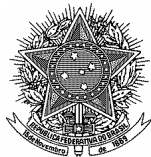
DATA DA PUBLICAÇÃO	LEGISLAÇÃO	RECURSO ORDINÁRIO	RECURSO DE REVISTA EMBARGOS RECURSO EXTRAORDINÁRIO	RECURSO EM AÇÃO RESCISÓRIA
DJ 17.7.06	ATO. GP 215/06	R\$ 4.808,65	R\$ 9.617,29	R\$ 9.617,29

- a) Na presente situação não há que se cogitar em depósito recursal.
- b) No presente caso somente é devido o depósito recursal no valor de R\$ 4.808,65.
- c) O depósito para o recurso ordinário é na ordem de R\$ 4.808,65 e custas no percentual de 2%, incidentes sobre o referido valor.
- d) Face o valor dado à causa, o depósito para o recurso ordinário é de R\$ 5.000,00.
- e) No presente caso, o valor do depósito para o recurso ordinário é de R\$ 4.808,65, e caso possa ser vislumbrada a interposição de recurso de revista, o valor do depósito será de R\$ 9.617,29.

77. Considerando a execução trabalhista e conforme as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, marque a resposta correta:

- a) Dar-se-á no prazo de dois dias o ato de constrição caso não haja o pagamento do respectivo valor da condenação ou não indicando bens para penhora.
- b) Concluída a avaliação dos bens penhorados, dentro de vinte dias, contados da data da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação.
- c) Em nenhuma hipótese a remissão será deferível ao executado, mesmo que este ofereça preço igual ao valor da condenação.
- d) O ponto de convergência entre a expropriação e a quantificação da sentença é o bem do executado que garantirá o juízo.
- e) Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, e o cálculo dos juros de mora terá como referência a data da sentença do processo de cognição.

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
—
segu
nda
etap
a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

78. Nos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa incorreta, à luz do texto consolidado:

- a) Será aplicável o procedimento sumaríssimo nos dissídios individuais, nos dissídios coletivos e nas ações plurímas, desde que o valor total do pedido para todos os reclamantes seja de até quarenta salários mínimos.
- b) No recurso ordinário o relator terá o prazo máximo de dez dias para liberar o feito, devendo a secretaria da turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento.
- c) Na sessão de julgamento, se o Ministério Público entender necessário proferir parecer, este será oral, com registro na certidão.
- d) Admitir-se-á recurso de revista no procedimento sumaríssimo por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição Federal.
- e) Aplica-se o procedimento sumaríssimo nas demandas em que são parte as empresas públicas que explorem atividade econômica e as sociedades de economia mista.

79. A sistemática recursal trabalhista apresenta algumas peculiaridades que ensejam resultados mais vantajosos para o trâmite processual, por representar caráter dinâmico e flexível para os recursos laborais. Das alternativas abaixo, assinale a que não se coaduna com o processo do trabalho, por não integrar sua construção ideológica básica:

- a) Em regra, a irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.
- b) A existência de simultaneidade na interposição de recursos, bem como a sucessividade recursal, em decorrência dos princípios da celeridade e fungibilidade.
- c) O recurso ordinário é dotado apenas de efeito devolutivo, permitindo-se a execução provisória até a constrição do bem.
- d) Das decisões de exceção de suspeição não caberá recurso imediato.
- e) Em caso de sucumbência recíproca, se o reclamante interpor recurso ordinário e o reclamado aforar embargos de declaração com pedido de efeito modificativo e sendo este acolhido modificando-se o julgado, ao reclamante será facultado interpor novo recurso ordinário ou até aditar o recurso anterior.

80. Sobre o ônus da prova no âmbito da Justiça do Trabalho, marque a alternativa incorreta:

- a) O reclamante ajuíza reclamação trabalhista visando ao reconhecimento do vínculo de emprego. A reclamada nega a própria prestação de serviços. Neste caso é do empregado o ônus de provar o fato constitutivo do seu direito.
- b) Pelo princípio da inversão do ônus da prova, é ônus do empregador, que mantém mais de dez empregados, a prova da jornada praticada. Caso se recuse, injustificadamente, a apresentar os controles de frequência do registro da jornada de trabalho, gera presunção



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

relativa de veracidade da jornada alegada pelo empregado.

- c) Se o empregador admitir a prestação de serviços do trabalhador, não como empregado, mas como autônomo, é do empregador o ônus de comprovar que a relação não era de emprego.
- d) Definido pelo reclamante o período nos quais não houve depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ou houve em valor inferior, alegado pela reclamada a inexistência de diferença nos recolhimentos dos depósitos fundiários, atrai para si o ônus da prova, incumbindo-lhe, portanto, apresentar as guias respectivas, a fim de demonstrar o fato extintivo do direito do autor.
- e) É ônus do empregado provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação do serviço e o despedimento, ante o princípio da continuidade da relação de emprego.

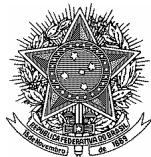
DIREITO PREVIDENCIÁRIO

81. Nos termos da Constituição Federal, são objetivos do Poder Público, ao organizar a seguridade social, exceto:

- a) Equidade na forma de participação no custeio.
- b) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- c) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas, rurais e indígenas.
- d) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- e) Irredutibilidade do valor dos benefícios.

82. Não integra o salário-de-contribuição, salvo:

- a) O salário-maternidade.
- b) Os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais; a parcela *in natura* recebida de acordo com os programas de alimentação do trabalhador promovidos pelo Ministério do Trabalho.
- c) As férias indenizadas e o respectivo terço constitucional.
- d) A parcela recebida a título de vale-transporte.
- e) As diárias para viagens, desde que não excedam a cinquenta por cento da remuneração mensal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

83. São responsáveis solidariamente pelo recolhimento das contribuições à seguridade social, exceto:

- a) O empresário e os sócios das sociedades limitadas com seus bens pessoais, pelos débitos junto à seguridade social.
- b) Os acionistas controladores, os administradores, os gerentes e os diretores, com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações por dolo ou culpa.
- c) Os produtores rurais integrantes de consórcio de empregadores rurais pessoas físicas
- d) O operador portuário e o órgão gestor de mão-de-obra.
- e) A administração pública responde solidariamente com o contratado, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

DIREITO CONSTITUCIONAL

84. Com respeito à disciplina constitucional dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a assertiva incorreta:

- a) Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou prévio aviso, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- c) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- d) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.
- e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

85. Com respeito à disciplina constitucional da Administração Pública, assinale a assertiva incorreta:

- a) A publicidade dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- b) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previsto em lei, destinam-se apenas às atribuições de chefia e assessoramento.
- d) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- e) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão, bem como estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

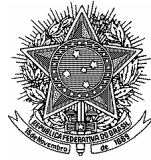
Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a

86. Marque a resposta incorreta:

- a) É competência do Conselho Nacional de Justiça representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
- b) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho da Justiça Federal funcionarão junto ao Conselho Nacional da Justiça.
- c) Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, além de instalarem justiça itinerante, realizando audiências e demais funções de atividade jurisdicional.
- d) É função institucional do Ministério Público a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.
- e) Não será promovido o juiz que, injustificadamente reter os autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

87. Assinale a resposta errada:

- a) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para seguridade social.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, destinadas à posse permanente, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- c) Compete ao Conselho da República se pronunciar sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- d) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de um terço do respectivo Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa.
- e) As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

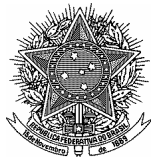
Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
—
segu
nda
etap
a

88. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- a) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- b) Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador Geral da República, antes do término de seu mandato.
- c) Dispor sobre limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- e) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

89. Marque a resposta que está em desacordo com a Constituição Federal, no tocante às atribuições do Presidente da República:

- a) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal.
- b) Celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Senado Federal.
- c) Convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- d) Conferir condecorações e distinções honoríficas.
- e) Prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO

90. Assinale a resposta incorreta:

- a) As autarquias, sendo pessoas jurídicas de direito público, respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) É objetiva a responsabilidade civil das autarquias por danos a terceiros.
- c) A auto-executoriedade do ato administrativo obedece estritamente aos princípios da legalidade e da proporcionalidade.
- d) O mérito administrativo expressa o juízo de conveniência e oportunidade da escolha, no atendimento do interesse público, juízo esse efetuado pela autoridade à qual se conferiu o poder discricionário.
- e) É subjetiva a responsabilidade do Estado tanto para os atos judiciais quanto para os atos jurisdicionais dos magistrados, ou seja, tanto os magistrados como todos os demais servidores do poder judiciário (assessores, jurados, escrivães, oficiais, tabeliães etc) dentro do exercício dos atos judiciais, podem cometer danos a terceiros, gerando a responsabilidade do Estado.

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a

91. Considerando o que dispõe o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, marque a alternativa correta que apresenta ponto de convergência no tocante aos benefícios do Plano de Seguridade Social, entre servidor e dependente:

- a) Auxílio – natalidade.
- b) Salário – família.
- c) Auxílio – funeral.
- d) Assistência à saúde.
- e) Auxílio – reclusão.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

92. A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT considera as piores formas de trabalho infantil as hipóteses abaixo, salvo:

- a) Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- b) A utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas.
- c) A utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais como definidos nos tratados internacionais pertinentes.
- d) O trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.
- e) O trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos, armados ou não.

DIREITO CIVIL

93. Diz a lei que são hipóteses em que cessa a incapacidade dos menores, exceto:

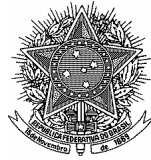
- a) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- b) Pelo casamento.
- c) Pelo exercício de emprego público efetivo.
- d) Pela existência de relação de emprego, desde que, em função dela, o menor com dezessete anos completos detenha economia própria.
- e) Pela colação de grau em curso de ensino superior.

94. No campo da responsabilidade civil e de acordo com o Código Civil em vigor, são hipóteses de responsabilidade, independentemente de culpa, por ato de terceiro, exceto:

- a) O empregador, pelos atos de seus empregados, desde que no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.
- b) Os curador, pelos curatelados, ainda que sem sua companhia.
- c) Os pais, pelos filhos menores, desde que sob sua autoridade e em sua companhia.
- d) Os donos de hotéis, pelos seus hóspedes.
- e) Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

95. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O Código Civil consagra a teoria da imprevisão quando, por motivos alheios à vontade das partes, sobrevier uma desproporção manifesta entre o valor da prestação da dívida e do momento de sua execução, podendo o juiz corrigí-lo, a pedido da parte, de modo que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

assegure, quando possível, o valor real da obrigação.

- b) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.
- c) Cabe ao Ministério Público Estadual velar pelas fundações constituídas para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- d) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- e) Para preservar a segurança das relações jurídicas, a anulabilidade do negócio jurídico poderá ser declarada de ofício, não produzindo efeitos antes de julgada por sentença.

96. Assinale, entre as afirmações a seguir, qual a incorreta, considerando as disposições do Código Civil:

- a) Em regra, a cessão tem eficácia *inter partes*. Em relação a terceiros, a transmissão de um crédito é ineficaz se não for celebrada mediante instrumento público ou instrumento particular revestido das solenidades legais.
- b) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente nos cinco anos subsequentes à transferência.
- c) A assunção de dívida prescinde da concordância do credor.
- d) Não pode ser considerado empresário quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística, mesmo que tenha a contribuição de terceiro, exceto se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- e) Os cônjuges poderão contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

97. Assinale a alternativa incorreta:

- a) É facultado ao empresário rural fazer sua inscrição no registro público de empresas mercantis.
- b) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta.
- c) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- d) Nas sociedades limitadas, no caso de condomínio de quotas, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- e) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

98. Das alternativas abaixo, marque a correta em relação aos bens singulares:

- a) São compostos pelo solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- b) São suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- c) São móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- d) São os que se podem fracionar, sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor ou prejuízo do uso a que se destinam.
- e) São os que, muito embora reunidos, consideram-se de per si, independentemente dos demais.

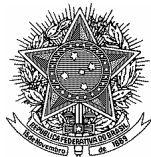
DIREITO COMERCIAL

99. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A compra e venda mercantil ou a prestação de serviços a prazo só podem ser representadas pela emissão da duplicata, sendo nula a emissão de qualquer outro título de crédito.
- b) Para a duplicata, não prevalece como regra o princípio da abstração das obrigações cambiais, em razão da sua própria natureza jurídica.
- c) A duplicata mercantil não pode circular com a cláusula “não à ordem”, pela razão de que toda duplicata pode ser transferida por endosso.
- d) A duplicata mercantil é um título causal, sendo que se os avais em branco estiverem superpostos, consideram-se simultâneos e não sucessivos.
- e) Admitem-se dois tipos de vencimento para duplicata: a tempo certo da data e a tempo certo da vista.

100. Assinale a alternativa correta:

- a) O protesto por falta de aceite da letra de câmbio é extraído contra o sacado por ser o devedor cambial vinculado à obrigação cambiária.
- b) Não extraído o protesto no prazo determinado em lei, o portador do título perderá o direito de crédito contra o aceitante e seus avalistas, o sacador, endossantes e respectivos avalistas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- c) No aval simultâneo, lançado nos títulos de crédito, todos os avalistas garantem o mesmo avalizado, enquanto no aval sucessivo não ocorre a solidariedade, vez que o avalista posterior avaliza o avalista anterior.
- d) O acionista de S/A tem direito de receber dividendo e participar do acervo da companhia, em caso de liquidação da sociedade, mesmo que a S/A seja devedora do INSS, já que a lei do custeio da seguridade social não proíbe a distribuição de lucros nas sociedades com débito previdenciário.
- e) A sociedade anônima é sempre empresária, podendo adotar firma ou denominação sendo que a cobrança judicial do acionista remisso terá como título executivo o boletim de subscrição, acompanhado, se for o caso, da chamada de capital, como título executivo extrajudicial.

Prim
eira
Fase
do
Con
curs
o C-
317
–
segu
nda
etap
a